



POLÍTICAS PÚBLICAS EM EAD: PROPOSIÇÕES DE MELHORIA PARA DIMINUIÇÃO DA EVASÃO E FAVORECIMENTO DA PERMANÊNCIA

Camila Figueiredo Nascimento (camila_fn_jf@yahoo.com.br, Universidade Federal de São João Del-Rei – UFSJ

Ana D’Arc Maia Pinto (ana.darc@terra.com.br, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ)

Maria Emanuela Esteves dos Santos (mariaemanuela@ufs.edu.br, Universidade Federal de São João Del-Rei – UFSJ)

RESUMO. O presente estudo tem como objetivo levantar, a partir da oitiva dos alunos do Curso de Licenciatura em Pedagogia EaD da Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ), os pontos de melhoria que podem ser relevantes para o enfrentamento e diminuição da evasão, promovendo, a partir destes, proposições de alinhamento das políticas públicas para a garantia da permanência e conclusão dos alunos em cursos na modalidade EaD. Para tal, este estudo utilizou-se metodologicamente de uma pesquisa descritiva de abordagem qualitativa. Como resultado da análise, levantou-se 11 pontos de melhorias, dos quais resultam em 5 cinco proposições de alinhamento das políticas públicas para o enfrentamento da evasão e favorecimento da conclusão dos cursos em EaD.

Palavras-chave: Educação a Distância. Políticas Públicas. Educação Superior. Evasão. Permanência

ABSTRACT. The present study aims to examine, from the hearing of the students of the Degree Course in Pedagogy Distance Education ---- (----), the points of improvement that may be relevant for coping and reducing dropout, promoting , based on these, proposals for aligning public policies to guarantee the permanence and conclusion of students in distance education courses. So, this study used methodologically descriptive research with a qualitative approach. As a result of the analysis, 11 points of improvement were raised, of which result in 5 five proposals for aligning public policies to face evasion and favor the conclusion of distance education courses.

Keywords: *Distance Education. Public policy. College education. Evasion. Permanence*

1. INTRODUÇÃO

Vive-se diante de um momento único e inesperado, o isolamento social traz consigo muita discussão e preocupação com o desenvolvimento educacional, uma vez que a educação se apresenta como um direito social, fundamental, universal e inalienável. Nessa perspectiva, a grande expansão no atendimento educacional, nas mais diversas modalidades e possibilidades, reflete diretamente nas políticas públicas sociais e educacionais. Embora todo o avanço conquistado na educação brasileira até o presente o momento, ainda há um longo percurso a fim de superar os três grandes desafios para a universalização do ensino e também para o atendimento educacional dos alunos ao atravessar uma pandemia: o acesso, a permanência e a qualidade.

A educação a distância também compartilha desses desafios e tem em sua base o propósito de democratização e facilitação do acesso à educação. Como diz Belloni (2002), a educação a distância surge neste quadro de mudanças como mais um modo regular de oferta de ensino, perdendo seu caráter supletivo, paliativo ou emergencial, e assumindo funções de crescente importância, principalmente no ensino pós-secundário, seja na formação inicial (ensino superior regular), seja na formação continuada, cuja demanda tende a crescer de modo exponencial, em virtude da obsolescência acelerada da tecnologia e do conhecimento.

A oferta de cursos em EaD vem ampliando, assim como a sua clientela, e conhecê-la é essencial para o sucesso do processo de ensino-aprendizagem dos alunos e a diminuição da taxa de evasão que representa um problema da educação brasileira. Para Segenreich (2018) desde a institucionalização da Educação a Distância (EaD) como integrante do sistema de educação formal no Brasil a partir da LDBEN/96, a modalidade vem ocupando destaque no cenário da Educação Superior. A reboque deste processo, os índices de evasão apresentados na última atualização do Censo EAD.BR, divulgada em 2019, são alarmantes. Registrou-se que a maior porcentagem de instituições (22,2%) se encontra nas taxas de evasão entre 26% e 50%. Esse alto índice de evasão revela a necessidade de aprofundamento acadêmico no tema, bem como a mobilização de políticas públicas em EaD para de forma conjunta enfrentar a evasão e diminuir os seus impactos negativos na educação brasileira.

Esses índices e os impactos sociais, econômicos e políticos causados pela evasão têm estimulado e mobilizado pesquisadores a investigarem as taxas, as suas causas, os problemas atrelados a esse fenômeno e que resultam na descontinuidade da formação. As crescentes pesquisas acadêmicas divulgadas apresentam a recorrência dos altos índices de evasão e retratam a realidade desse campo de conhecimento da educação brasileira.

Diante do exposto, diversos questionamentos são recorrentes: o que poderia diminuir a evasão e favorecer a permanência dos alunos? Qual a opinião dos alunos diante da evasão e da permanência? Como e quais políticas públicas podem colaborar para a diminuição da evasão?

Assim, acredita-se que seja imprescindível colocar os discentes no centro do processo de ensino e aprendizagem, bem como ouvir as suas opiniões e as percepções em relação ao que influencia a evasão e a permanência nos cursos EaD. Levando em conta os fatos mencionados, o objetivo central do estudo é levantar, a partir da oitiva dos alunos, os pontos de melhoria que podem ser relevantes para o enfrentamento e diminuição da evasão, promovendo, a partir destes, proposições de melhorias para a permanência e conclusão em curso na modalidade de

EaD. Em seguida, alinhar essas proposições com as políticas públicas vigentes apontando novos delineamentos necessários.

Para tanto, este estudo utilizou-se metodologicamente de um recorte da pesquisa de campo realizada com os alunos evadidos e concluintes do Curso de Licenciatura em Pedagogia EaD da UFSJ, que envolveu a aplicação de dois questionários. Estes questionários continham uma parte comum, com questões relacionadas ao contexto socioeconômico, e uma segunda parte diversificada, direcionada para evadidos e concluintes. Essa parte diferenciada abordou questões discursivas direcionadas, com o objetivo de fazer com que os alunos expressassem suas opiniões quanto à evasão ou à permanência, bem como os pontos de melhoria para a diminuição da evasão. Dessa maneira, as respostas foram analisadas segundo a perspectiva quantitativa e qualitativa, visando um conhecimento sobre o perfil e o mapeamento dos fatores de permanência e evasão. Porém, nesse artigo centraremos a atenção na opinião discente em relação ao que pode ser diferente na EaD para que o fenômeno da evasão possa ser minimizado, a partir de proposições de alinhamentos das políticas públicas para a modalidade. Sendo assim, trata-se de uma pesquisa descritiva de abordagem qualitativa.

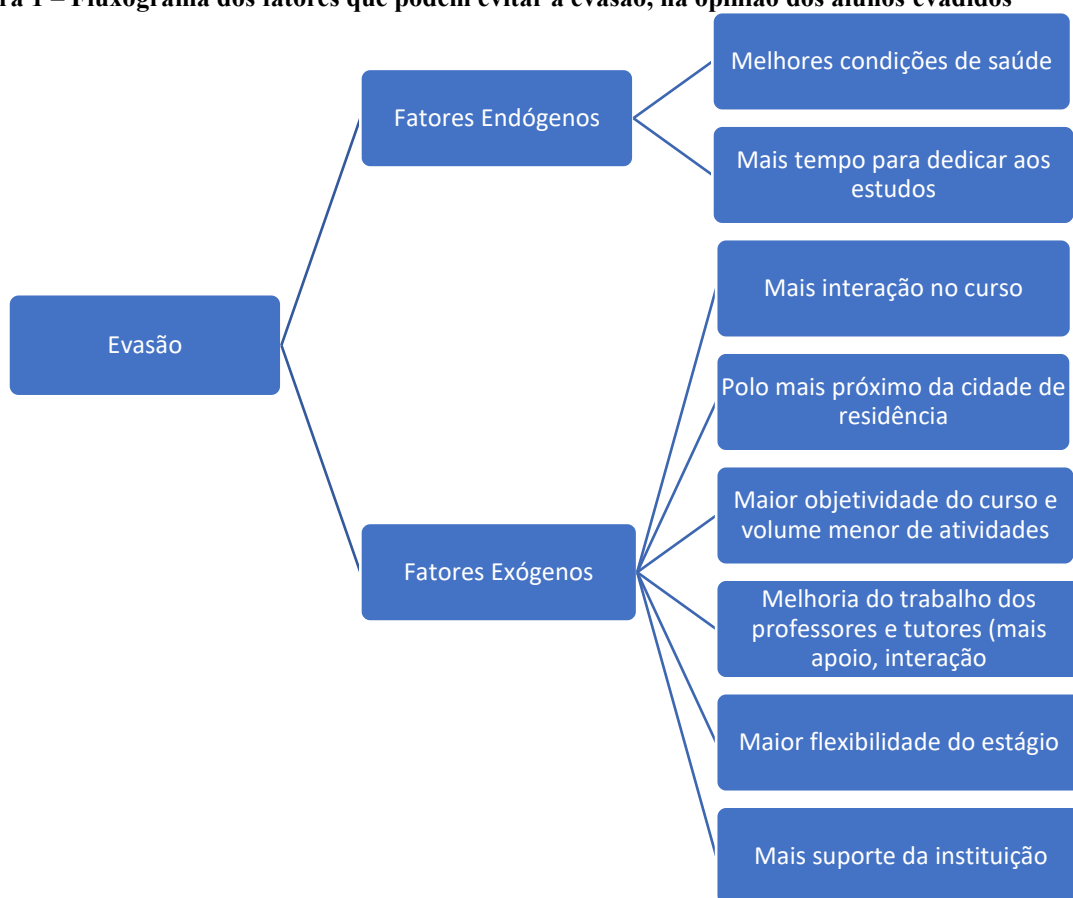
2. DESENVOLVIMENTO

2.1 O que poderia ser diferente na EaD: fatores que podem favorecer a permanência e diminuir a evasão

Após a pesquisa de campo realizada com os alunos do curso de licenciatura em Pedagogia EaD da UFSJ foi possível levantar os fatores de influência na evasão e na permanência, assim como os pontos de melhoria. Ao solicitar aos alunos que apontassem o que poderia ser diferente na EaD para que mais alunos concluam o curso e reduza os percentuais de evasão ao longo do curso chegou-se ao total de 11 pontos de melhoria.

As questões propostas foram as seguintes: “O que faria com que você não desistisse do curso?”, para os alunos evadidos e “Cite algo que poderia ser melhorado para que mais alunos concluam os estudos.”, para concluintes. Ao todo, as 50 respostas deram origem a dois fluxogramas para facilitar a visualização. O primeiro fluxograma compreende a opinião dos alunos evadidos.

Figura 1 – Fluxograma dos fatores que podem evitar a evasão, na opinião dos alunos evadidos



Fonte: elaborada pelas autoras, com base na pesquisa realizada.

Na análise dos fatores, optou-se pelo uso de categorias, divididas entre fatores endógenos e exógenos ao aluno. Este recurso das categorias de análise objetiva tornar mais visível e compreensivo a exposição dos dados da pesquisa, sem desconsiderar que o aluno é um sujeito integral e que os fatores endógenos e exógenos estão entrelaçados. No que tange aos fatores endógenos, 23% dos apontamentos dos alunos sobre que o poderia evitar a sua evasão convergem para essa categoria. Ao todo foram citados dois fatores: melhores condições de saúde e mais tempo para dedicar aos estudos. Um dos alunos citou que o desinteresse pelo curso causou o abandono.

Esses fatores aparecem, segundo a ótica do aluno, como contribuintes e determinantes na evasão. Demonstra, então, os impactos desses fatores na evasão e a relevância que assumem para a permanência do aluno. Esses dois fatores reportam a questões intrínsecas ao aluno, mas que podem ser acolhidos e auxiliados de acordo com as estratégias e as ações da instituição proponente de EaD. Ou seja, há momentos e situações em que os atores da EaD, junto com a instituição, podem auxiliar o aluno a vencer esses desafios e concluir com êxito a graduação.

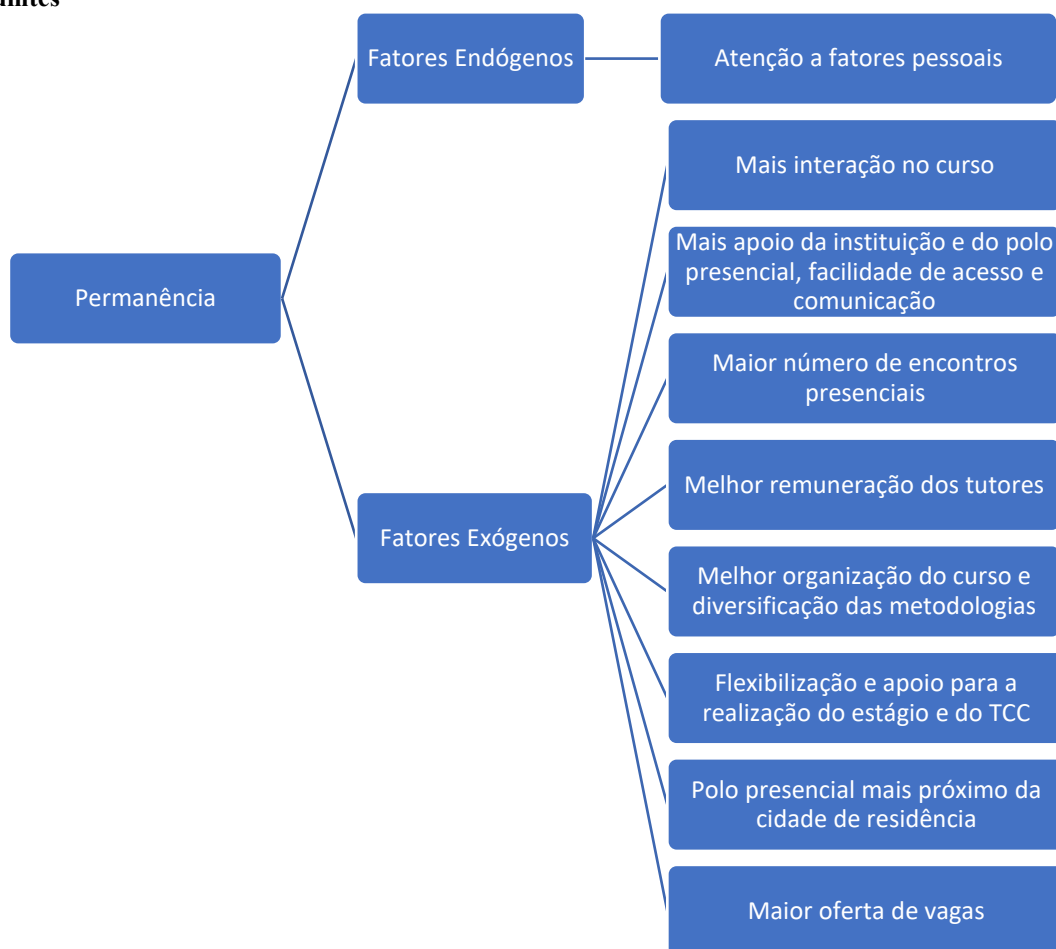
Os fatores exógenos foram citados, por 77% dos alunos, como estratégias para evitar a evasão, são eles: mais interação no curso; polo mais próximo da cidade de residência; maior objetividade do curso e volume menor de atividades; melhoria do trabalho dos professores e tutores; maior flexibilidade do estágio e mais suporte da instituição. São fatores muito

relevantes e que merecem atenção das instituições.

O fator que menciona o trabalho do professor e do tutor da EaD chama a atenção para a precariedade da docência em nosso país, nessa modalidade em específico. Essa percepção é fortemente evidenciada pelos alunos através de falas como essa: “*Se os professores e tutores que estão à frente das disciplinas contribuísem efetivamente com a promoção do conhecimento. O problema é que muitos encaram a tutoria e a EAD como um bico.*”. Infelizmente, a contratação de tutores é realizada por meio de editais e bolsas que apresentam um baixo valor. Muitos professores da EaD já são da própria instituição e costumam acumular diversas funções. Essa precarização afeta o desenvolvimento da EaD, uma vez que o trabalho nessa instância não estabelece vínculo empregatício e a remuneração é irrisória, fazendo haver uma rotatividade grande dos tutores. Assim, a EaD enfrenta desafios para dar continuidade ao trabalho com qualidade.

Ao todo foram apresentados oito pontos de melhoria para favorecer a conclusão do curso. Entre endógenos e exógenos, os alunos evadidos chamam a atenção pela recorrência dos mesmos fatores e demonstram a necessidade de atenção por parte dos atores e das instituições proponentes de EaD. Da mesma forma, os alunos concluintes também foram ouvidos e apontaram os fatores presentes no fluxograma abaixo.

Figura 2 – Fluxograma dos fatores que podem favorecer a permanência no curso, na opinião dos alunos concluintes



Fonte: elaborada pelas autoras, com base na pesquisa realizada.

Ao analisar o fluxograma, percebe-se que apenas um aluno demonstra a necessidade de atenção com a motivação e os problemas pessoais para a conclusão do curso. Ou seja, 3% apenas apontam os fatores endógenos como um ponto de melhoria a ser considerado no curso. Como visto anteriormente, a motivação pessoal aparece como o principal fator responsável pela conclusão no curso e o seu reverso, os problemas pessoais, aparece como causa da evasão.

No que tange aos fatores exógenos foram apontados oito pontos que merecem atenção e somam o total de 97% das menções dos alunos. São esses fatores: mais interação no curso; mais apoio da instituição e do polo presencial; facilidade de acesso e comunicação; maior número de encontro presenciais; melhor remuneração dos tutores; melhor organização do curso e diversificação das metodologias; flexibilidade e apoio para realização do estágio e do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e polo presencial mais próximo da cidade de residência.

Todos os fatores citados aparecem em pesquisa de forma exaustiva, seja como causa da evasão, seja como influente na permanência do aluno. Observar esses apontamentos de evadidos e concluintes é um exercício de reflexão importante sobre a EaD. Confrontar as opiniões e expor o que é realizado com sucesso e o que necessita de mais atenção, permite olhar para a EaD em sua completude, mirando a atenção para os pontos que podem ser melhorados e reinventados para atingir o objetivo central de formar sujeitos.

Ao unir as falas dos alunos evadidos e concluintes são apresentados três fatores endógenos como ponto de melhoria: melhores condições de saúde; mais tempo para dedicar aos estudos e atenção aos fatores pessoais. E aparecem oito fatores exógenos: mais interação no curso; polo mais próximo da cidade de residência; maior objetividade do curso e volume menor de atividades; melhoria do trabalho dos professores e tutores, melhor remuneração; mais apoio da instituição e do polo presencial, facilidade de acesso e comunicação; maior número de encontros presenciais; melhor organização do curso e diversificação das metodologias e maior flexibilidade e apoio para realização do estágio e do TCC.

Percebe-se que a maioria dos alunos apontam como ponto de melhoria para o curso os fatores exógenos, ligados diretamente à estrutura do curso, à instituição e aos professores e tutores. É interessante refletir que em relação às causas da evasão, os fatores endógenos são apresentados, na maioria das vezes, como determinantes na evasão. Na permanência, também são citados como determinantes pela maior parte dos alunos e isso chama a atenção. Por que os alunos assumem que a evasão acontece, principalmente, por causas pessoais e no momento de apontar o que poderia favorecer a permanência, citam fatores, especificamente, ligados a instituição?

Essa questão é proposta para refletir sobre a responsabilidade que os alunos assumem diante do sucesso e do fracasso escolar, assim como o pedido de ajuda incutido em suas falas. Ou seja, assumem a responsabilidade, mas pedem socorro. Seria muito simplista pensar dessa forma, responsabilizando o aluno pelo seu processo de aprendizagem e eximindo as instituições, os professores, os tutores e as esferas governamentais das responsabilidades inerentes da posição que ocupam. Pensamento que representa uma visão reducionista em que se deixa o aluno de fora do processo de ensino-aprendizagem.

Sob uma visão simplista e apressada, costuma-se afirmar que se o aluno não vai bem na escola, isso se deve apenas a suas limitações pessoais – ele não gosta de estudar, ele não consegue aprender, etc. –, atribuindo-se-lhe a culpa por seu fracasso. Tais explicações tendem, porém, a negligenciar a

importância de se incluir os próprios alunos como parte desse processo, isto é, a não considerar o que eles pensam sobre seu próprio desempenho escolar, bem como o de seus colegas. (FERREIRA et al., 2002, p.516)

Essa visão marca a dualidade entre o subjetivismo e o objetivismo. Lima Junior, Ostermann e Rezende explicam:

O subjetivismo consiste da supervalorização do indivíduo como agente sempre e completamente independente do seu contexto social e da sua história. O objetivismo, em oposição, consiste da crença ingênua de que todas as ações dos sujeitos individuais encontram-se determinadas rígida e imediatamente pela estrutura das relações sociais objetivas. (LIMA JUNIOR, OSTERMANN e REZENDE, 2012 p.115)

Ou seja, a responsabilização do aluno pelo seu fracasso ou sucesso escolar supervaloriza a sua posição individual e desconsidera as relações sociais e culturais inerentes do complexo sistema da vida social. Lima Junior, Ostermann e Rezende (2012) corroboram com essa ideia ao buscarem em Bourdieu subsídio para afirmarem que o extremismo entre o subjetivo e o objetivo é falso.

Em primeiro lugar, a realidade social não é feita de ações orientadas pela livre consciência individual. Ele sustenta que o indivíduo é um sujeito configurado socialmente em seus mínimos detalhes (visão de mundo, gostos, aptidões, estilos de linguagem, expressões corporais), incluindo suas estratégias de convivência no âmbito da escola e suas expectativas com respeito ao futuro profissional. Por outro lado, Bourdieu destaca que a ordem social não molda de maneira inflexível as ações de cada sujeito. Para esse autor, os indivíduos tenderiam a agir de acordo com o conjunto de disposições práticas típico dos grupos sociais nos quais foram socializados. (LIMA JUNIOR; OSTERMANN; REZENDE, 2012, p.115)

Portanto, o sujeito é composto pela soma de sua subjetividade e da objetividade social, de forma indissociável. O sucesso ou o fracasso escolar do aluno é determinado por forças intrínsecas e extrínsecas. Por isso, não cabe apenas responsabilizar o aluno, mas assumir junto a ele o ônus ou o bônus do processo de aprendizagem. Não há espaço para se procurar culpados, mas, sim, para assumir todos juntos a responsabilidade de alcançar o objetivo central da educação, a formação de sujeitos.

Pretende-se com essas análises chamar a atenção para a importância de se atentar para o perfil do aluno e para suas percepções e opiniões. Convida-se a todos os atores da EaD para a comunhão de objetivos, de forças e de foco em prol da realização de uma educação de qualidade. Dessa forma, conhecer e refletir sobre os onze pontos de melhoria apontados pelos próprios alunos, pode ser fonte de subsídio para a formulação de estratégias e práticas eficazes no enfrentamento da evasão.

Sejam endógenos ou exógenos ao aluno, todos os fatores citados ao longo desta pesquisa, assim como as características socioeconômicas dos alunos, necessitam de um olhar crítico. Quanto mais conheçamos sobre as características individuais e cognitivas do sujeito

aprendente e de suas percepções, melhor será o planejamento de qualquer estratégia pedagógico-didática e institucional, visto que esta poderá melhor adequar-se à diversidade em questão. Considerando que na educação on-line toda a interação ocorre através de uma interface digital, conhecer mais sobre essas características dos alunos virtuais poderá possibilitar uma melhor mediação do processo de ensino e aprendizagem. Portanto, “é necessário mapear o perfil do aluno virtual, pois o designer instrucional de cursos para educação on-line precisa conhecer melhor os fatores que influenciam o aluno que opta por esta modalidade de ensino” (SCHNITMAN, 2010, p.4). Ampliando a fala de Schitman (2010), o perfil do aluno é importante não somente ao designer instrucional, mas a todos os sujeitos envolvidos nesse processo, desde os órgãos governamentais que pensam as políticas públicas em EAD, passando pelas instituições promotoras dessa modalidade de ensino e chegando aos professores, tutores e alunos dos cursos.

Nessa perspectiva, Sanchez (2011) afirma que a elaboração de um curso na modalidade a distância requer um planejamento sério e cuidadoso, levando-se em consideração as questões pedagógicas e os estilos de aprendizagem. Assim, o planejamento deve ser pensado em como atingir este público para o sucesso do processo de ensino-aprendizagem para o enfrentamento da evasão. A autora ressalta que:

Os indicadores demonstram que os cursos na modalidade à distância devem ser construídos baseados no aluno, ou seja, no seu público-alvo principal, pois este o procura para se atualizar e/ou adquirir novos conhecimentos, muitas vezes específicos ou intrínsecos a sua experiência tanto de vida como profissional.”(SANCHEZ, 2011, p.188)

Finaliza-se as análises ressaltando o importante papel que a EaD pode assumir frente à universalização da Educação Superior no Brasil. A união de forças dos seus atores, da esfera governamental e instituições pode garantir a sua expansão e qualidade. Dessa forma, as políticas públicas em EaD têm um papel extremamente importante no enfrentamento da evasão, uma vez que norteiam e direcionam o trabalho. Ressalta-se, também, a importância de aliar o estudo sobre a evasão e a permanência, rompendo com a tendência de se buscar, exclusivamente, apenas as causas de fracasso. Contudo, como vimos nessa pesquisa, é essencial revertermos a ótica e enfatizarmos as experiências exitosas e os exemplos de sucesso, de forma a mobilizar todos esses esforços para a diminuição da evasão e o favorecimento da permanência em cursos superiores na modalidade a distância.

2.2 Proposições de melhoria e as políticas públicas para a EaD: práticas vigentes e novos delineamentos para a diminuição da evasão e ampliação da permanência

Em relação às políticas públicas e seus marcos regulatórios, o que se observa é um esforço do Estado em trabalhar por estratégias de propagação da modalidade deixando à margem a qualidade de seus processos. Segundo estudos de Cruz e Lima (2019) o que se identifica são estratégias do Ministério da Educação e Cultura - MEC em trabalhar pela ampliação da oferta de ensino superior utilizando-se da EaD para atingir a meta 12 do Plano Nacional de Educação 2014/2024, que exige elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior em 50% e a taxa líquida em 33% da população de jovens entre 18 e 24 anos. Porém, ao facilitar esta oferta, verifica-se que há uma tendência de desregulação da modalidade, resultando, assim, na queda

da qualidade. Esta observação ganha reforço se levarmos em conta as considerações apontadas pelos alunos desta pesquisa. Sendo assim, identificou-se que não basta democratizar os caminhos de acesso, mas também esforços públicos em monitorar e avaliar essas políticas, bem como são implementados os processos que subsidiam o exercício da modalidade.

Estes esforços poderiam ser consubstanciados se o Estado atuasse de forma mais dedicada à modalidade, ultrapassando a mera condição utilitarista. Oliveira e Bittencourt (2020) afirmam que a evasão é um dos principais gargalos a ser superado pela EaD, se não for o maior, e um dos principais indicadores de qualidade de uma instituição de ensino, seja ela em EaD ou presencial. Ainda, os mesmos autores afirmam que um número alto de evasão no sistema público significa recursos públicos desperdiçados ou não chegando aos objetivos previstos; nas instituições privadas significa perda de receita, de investimentos; enfim, prejuízo. Não existe solução fácil ou receita para acabar com o problema. Mesmo em situações diversas, indiferente ao segmento (público/privado) o problema persiste, sendo necessário intervenções e ações contínuas das instituições de ensino de forma que estas possam sinalizar novas diretrizes e iniciativas às políticas públicas regulatórias da modalidade (OLIVEIRA, BITTENCOURT, 2020, s/p.)

Sendo assim, embalados por estas percepções, alinham-se aqui algumas proposições que emergiram deste estudo e que podem contribuir para o delineamento de novas políticas públicas para a modalidade como contrapartida à evasão e ampliação da permanência.

1. Assistência estudantil a partir de uma bolsa de auxílio transporte e alimentação; atendimento multidisciplinar (psicológico, de assistência social, psicopedagógico) ao aluno;
2. Revisão das bolsas pagas aos atores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem (coordenadores de polos, tutores e administrativos) como estímulo a permanência;
3. Revisão da grade curricular dos cursos de graduação oferecido de modo que seus conteúdos e estratégias educacionais se tornem mais atrativas e objetivas, valorizando a aquisição de competências para o enfrentamento da realidade atual, ultrapassando o exagero conceitual e alinhando melhor à realidade da prática a ser vivenciada pelos alunos;
4. Maior flexibilidade em relação à prática do estágio e elaboração do TCC uma vez que a grande massa dos alunos são trabalhadores;
5. Garantir a atuação efetiva do suporte técnico pedagógico aos alunos considerando as diferentes formas de comunicação e interação.

O fato é que a qualidade é fundamental para garantir a efetividade do processo educacional da modalidade. Dessa forma, as políticas públicas passam a apresentar-se como respostas do Estado em instrumentalizar ações/práticas em favor da sociedade. Faz-se, então, necessário compreender que não há neutralidade nas políticas públicas. Elas carregam em suas diretrizes ideologias e intenções de quem as promovem. Sendo assim, reduzir o esforço da modalidade ao processo de democratização da oferta é perceber seu vigor de forma reducionista ao seu potencial. Para o caso da evasão e permanência, cabe interpretar a modalidade de forma mais responsável quanto aos seus aspectos, identificando gargalos e promovendo realinhamentos ao processo político educacional como um processo contínuo e não pontual. Para Cruz e Lima (2019) “é preciso regulação, acompanhamento, monitoramento e avaliação dessas políticas, o que vem acontecendo de maneira pouco expressiva e contundente.”

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, buscou-se levantar a partir da oitiva dos alunos do Curso de Licenciatura em Pedagogia EaD da UFSJ, pontos de melhoria que pudessem ser relevantes para o enfrentamento e diminuição da evasão, promovendo assim proposições de melhorias para a permanência e conclusão dos cursos de graduação ofertados a distância. Em seguida a este, alinhar essas proposições com as políticas públicas vigentes apontando novos delineamentos necessários. Como suporte a este esforço de pesquisa, levaram-se em consideração os seguintes questionamentos: O que poderia diminuir a evasão e favorecer a permanência dos alunos? Qual a opinião dos alunos diante da evasão e da permanência? Como e quais políticas públicas podem colaborar para a diminuição da evasão?

O que se observou foi que a grande maioria dos alunos atribui aos fatores exógenos a eles, ou seja, ligados às instituições proponentes de cursos EaD o gargalo da evasão. Portanto, os pontos de melhoria apresentados pelos alunos representam uma fonte importante de informações sobre o processo de ensino-aprendizado e interação realizado na EaD. Dessa forma, essas informações precisam ser levadas em consideração para a proposição de políticas públicas em EaD, visando a democratização da oferta, mas principalmente a qualidade da educação e a redução dos índices alarmantes de evasão.

Fundamentada pela lógica da democratização do acesso às novas tecnologias, assim como a ênfase em alinhar as iniciativas educacionais com as ações desenvolvimentista do Estado, a modalidade passa a ser considerada como um caminho a mais para assegurar este processo. Porém, carece de esteio político e legal para garantir a qualidade da formação e minimizar os percalços da evasão. E, é nesse sentido, que o objetivo deste estudo se alcança, uma vez que a opinião dos alunos e os pontos de melhoria apresentados puderam subsidiar o alinhamento das proposições mencionadas no bloco superior deste estudo.

Estas proposições mostram-se um recurso valioso para o realinhamento das iniciativas das políticas públicas educacionais no que tange a modalidade. Finalizando, no campo da educação superior, os ordenamentos legais que regulamentam a modalidade criam estímulos a sua aplicabilidade, contudo, não estabelecem ordenamentos quanto à qualidade destes processos que, no caso, devem levar em consideração questões como a evasão e a permanência. Sendo assim, estudos mais rigorosos necessitam ser aplicados de forma que o tema proposto possa ser ampliado e compreendido em suas nuances e complexidades.

REFERÊNCIAS

ABED. Associação Brasileira de Educação a Distância. **Censo EaD.BR: Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil 2018**. Curitiba: InterSaberes, 2018. Disponível em: <http://abed.org.br/arquivos/CENSO_DIGITAL_EAD_2018_PORTUGUES.pdf> Acesso em: 20 maio de 2020

BELLONI, Maria Luiza. **Ensaio sobre a educação a distância no Brasil**. Educ. Soc. [online]. 2002, vol.23, n.78, pp.117-142. ISSN 0101-7330. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302002000200008>> Acesso em: 05 março de 2019

CRUZ, J. R.; LIMA, D. da C. P. **Trajetória da educação a distância no Brasil: políticas, programas e ações nos últimos 40 anos**. Jornal de Políticas Educacionais. V. 13, n. 13. ISSN19811969. Disponível em:< <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/64564>> Acesso em: 10 de abril de 2019.

FERREIRA, Maria Cristina et al. **Atribuição de causalidade ao sucesso e fracasso escolar: um estudo transcultural Brasil-Argentina-México**. *Psicol. Reflex. Crit.* [online]. 2002, vol.15, n.3, pp.515-527. ISSN 0102-7972. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722002000300006>> Acesso em: 20 setembro de 2019.

LIMA Jr, P., OSTERMANN, F., & REZENDE, F. (2012). **Análise dos condicionantes sociais da evasão e retenção em cursos de graduação em Física à luz da sociologia de Bourdieu**. *Revista Brasileira De Pesquisa Em Educação Em Ciências*, 12(1), 37-60. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/4218>> Acesso em: 12 de setembro de 2019

OLIVEIRA, Walter Pinto de; BITTENCOURT, Wanderley José Mantovani. **A evasão na EaD: Uma análise sobre os dados e relatórios, ano base 2017, apresentados pelo Inep, UAB e Abed**. Educação Pública, v. 20, nº 3, 21 de janeiro de 2020. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/3/a-evasao-na-ead-uma-analise-sobre-os-dados-e-relatorios-ano-base-2017-apresentados-pelo-inep-uab-e-abed>> Acesso em: 15 de maio de 2020.

SANCHEZ, L. (2011). **Estilos de aprendizagem e planejamento de indicadores de qualidade para a retenção do aluno e diminuição da evasão na Educação a Distância**. In D. M. V. Barros (Org.). *Estilos de aprendizagem na atualidade*. Lisboa: UAB Portugal (pp. 1-16). Disponível em: <http://www.metacognicao.com.br/wp-content/uploads/2012/11/E-Book_Completo_Estilos_de_Aprendizagem.pdf> Acesso em: 05 de março de 2020.

SCHNITMAN, I. M. (2010). **O perfil do aluno virtual e as teorias de estilos de aprendizagem**. In III Simpósio Hipertexto e Tecnologias na Educação (pp. 1-10). Recife, PE. Disponível em: <<http://nehte.com.br/simposio/anais/Anais-Hipertexto-2010/Ivana-Maria-Schnitman.pdf>> Acesso em: 02 de abril de 2020.

SEGENREICH, S. C. D. **Regulação/avaliação da Educação Superior a Distância: multiplicidade de atores institucionais, labirinto de atos oficiais e avaliação regulatória**. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação /RBPAAE* - v. 34, n. 1, p. 099 - 119, jan./abr. 2018. DOI: 10.21573/vol1n12018.82466. Disponível em: < <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/82466/48879> > Acesso em: 10 de abril de 2020.